

Superlógica
Sociedade de
Crédito Direto S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

A Superlógica Sociedade de Crédito Direto S/A (“Superlógica SCD”) é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”) com o objetivo estruturar a operação regulada conforme normas do Bacen. Em 2022, foi implantado parte dos sistemas e a infraestrutura necessária para integrar essa instituição à Rede do Sistema Financeiro Nacional.

Destaques Financeiros

No ano de 2023, a Superlógica SCD apresentou uma Receita de intermediação financeira de R\$ 25,0 milhões (R\$24,4 milhões superior ao ano de 2022), com Lucro Líquido de R\$ 3,5 milhões, revertendo prejuízo apresentado no ano de 2022.

A SCD iniciou as operações em 29 de agosto de 2022 com as seguintes atividades:

- Pagamentos de boletos (DDA)
- Registro de boletos (CIP/NPC/PCR)
- Liquidação de boletos (CIP e SILOC)
- TED
- Compra e venda de títulos
- Operações compromissadas

Durante o ano de 2023, iniciamos o processo de abertura de contas de pagamento para novos clientes, bem como a o processo de Pix como participante direto, aumentando o portfólio de produtos em operação.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas e aos administradores da Superlógica Sociedade de Crédito Direto S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Superlógica Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Superlógica Sociedade de Crédito Direto S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

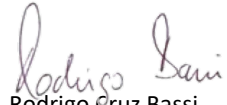
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 4 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Rodrigo Cruz Bassi
Contador CRC 1SP261156/O-7

Superlógica Sociedade de Crédito Direto S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Disponibilidades	6	5.937	109
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	59.008	87.335
Títulos e valores mobiliários	7	216.786	-
Tributos a recuperar	8	-	19
Adiantamentos	9	<u>16</u>	<u>15</u>
Total circulante		281.747	87.478
Total ativo		<u>281.747</u>	<u>87.478</u>
Passivo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Depósitos e demais instrumentos financeiros	11	270.699	83.669
Impostos e contribuições a recolher	12	774	49
Obrigações trabalhistas a pagar	13	537	345
Partes relacionadas	10	2.415	211
Outros passivos	-	<u>677</u>	<u>79</u>
Total circulante		275.101	84.353
Patrimônio líquido			
Capital social	15(a)	4.100	4.100
Reserva legal	15(c)	164	3
Reserva Lucros	15(c)	2.090	39
Dividendos a distribuir	15(d)	291	14
Lucros (prejuízos) acumulados		<u>-</u>	<u>(1.031)</u>
Total patrimônio líquido		6.645	3.125
Total passivo e patrimônio líquido		<u>281.747</u>	<u>87.478</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Superlógica Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de Reais)

	Nota	2º Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
Receitas de intermediação financeira	19	16.374	24.952	594
Resultado de intermediação financeira		<u>16.374</u>	<u>24.952</u>	<u>594</u>
Outras receitas/despesas operacionais				
Despesas de pessoal	20	(1.633)	(3.006)	(825)
Despesas gerais e administrativas	20	(5.657)	(8.526)	(754)
Despesas operacionais	20	<u>(6.494)</u>	<u>(8.122)</u>	<u>(2)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		<u>2.590</u>	<u>5.298</u>	<u>(987)</u>
Despesas financeiras	21	(11)	(289)	-
Receitas financeiras	21	67	140	-
Resultado financeiro		<u>56</u>	<u>(149)</u>	<u>-</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		<u>2.646</u>	<u>5.149</u>	<u>(987)</u>
Imposto de renda e contribuição social				
Imposto de renda e contribuição social correntes	12(a)	<u>(742)</u>	<u>(1.628)</u>	<u>(44)</u>
Resultado líquido		<u>1.904</u>	<u>3.521</u>	<u>(1.031)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Superlógica Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de Reais)

	2º Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
Lucro/ (Prejuízo) líquido do exercício/período	1.904	3.521	(1.031)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultados abrangentes do exercício/período	<u>1.904</u>	<u>3.521</u>	<u>(1.031)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Superlógica Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de Reais)

		Reserva de lucros				Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Total
	Nota	Capital social	Reserva Lucros	Reserva legal	Dividendos		
Em 31 de dezembro de 2022		4.100	39	3	14	(1.031)	3.125
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	3.521	3.521
Constituição reserva legal	15(c)	-	14	161	(14)	(161)	-
Constituição reserva lucros	15(c)	-	2.037	-	-	(2.037)	-
Juros sobre capital próprio	15(d)	-	-	-	291	(291)	-
Em 31 de dezembro de 2023		4.100	2.090	164	291	-	6.645

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Superlógica Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de Reais)

	Nota	2º Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		2.646	5.149	(987)
Variações no ativo e passivo				
Títulos e valores mobiliários	7	(216.786)	(216.786)	-
Tributos a recuperar	8	66	19	(19)
Outros ativos	-	626	-	(15)
Depósitos e demais instrumentos financeiros	11	65.343	187.030	83.669
Obrigações tributárias	12	(812)	460	12
Obrigações trabalhistas	13	1.605	192	345
Outros passivos	-	557	597	53
Adiantamentos	9	151	(1)	-
Contas a pagar partes relacionadas	10	(335)	2.204	208
Pagamento de IRPJ e CSLL	-	(989)	(1.363)	(44)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais		(147.928)	(22.499)	83.222
Aumento líquido no caixa e equivalente de caixa		(147.928)	(22.499)	83.222
Saldo de caixa e equivalente de caixa inicial		212.873	87.444	4.222
Saldo de caixa e equivalente de caixa final		<u>64.945</u>	<u>64.945</u>	<u>87.444</u>
Aumento no caixa e equivalente de caixa		(147.928)	(22.499)	83.222

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos Em Reais Mil, exceto quando mencionado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Superlógica Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Alameda Rio Negro, nº 585, Bloco B, 3º andar, conjunto 32, no bairro Alphaville Industrial, no Estado de São Paulo, tendo sua aprovação junto ao Banco Central em 30 de julho de 2021 e seu registro deferido na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) em 21 de setembro de 2021.

A Companhia tem por objetivo a realização de operações de empréstimo, de financiamento com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio, prestação de serviços de análise de crédito e cobrança para terceiros e oferta de conta de pagamento e emissão de moeda eletrônica.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela lei das sociedades por ações, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 5.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A demonstração financeira da Companhia foi aprovada pela Administração em 4 de março de 2024.

A Administração considera que a Companhia detém recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Mensuração do valor justo de ativos financeiros, vide Nota Explicativa nº 6.

b. Passivos contingentes

Contingências incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) informações sobre incertezas, premissas e julgamentos que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía nenhum passivo contingente identificado.

5 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente.

a. Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* de instituições financeiras de primeira linha. Representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras de curto prazo que possuam alta liquidez, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aquisição, é igual ou inferior a 90 dias. Apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados para gerenciamento de compromissos de curto prazo.

b. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular Bacen nº 3.068/01, nas seguintes categorias:

- (i) Títulos para negociação - títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- (ii) Títulos disponíveis para venda - títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e
- (iii) Títulos mantidos até o vencimento - títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía títulos classificados na categoria descritas (iii), no montante R\$216.786, conforme nota explicativa 7.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Assim, quando da liquidação financeira dessas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente cujos preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução Bacen nº 4.277/13.

c. Receitas de intermediação financeira

As receitas de intermediação financeira da Companhia compreendem: (i) resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez; (ii) receita de tarifas bancárias cobradas de clientes e interbancárias; (iii) receita de custos de boletos.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia acumulou R\$ 26.620 de receitas de intermediação financeira, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 19.

d. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: (i) receita e despesas de juros; (ii) despesas bancárias; (iii) ganhos e perdas com aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários; e (iv) impostos sobre operações financeiras. Vide Nota Explicativa nº 21.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro: (i) ao valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

e. Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15% de imposto de renda e 9% de contribuição social, acrescidas do adicional de 10% de imposto de renda sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 no ano.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos, especificamente nos casos em que antecipações de pagamentos podem e devem ser utilizadas na apuração líquida do saldo remanescente a pagar dos referidos impostos antecipados.

f. Capital social

Ações

A Companhia possui ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Não há ações em tesouraria e ações preferenciais emitidas.

g. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

h. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Hierarquia de valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

6 Caixas e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Contas-correntes (a)	5.937	109
Certificado Depósitos Bancários (CDB) (b)	-	3.478
Aplicações interfinanceiras de liquidez (c)	59.008	83.857
	64.945	87.444

- (a) Caixa e contas-correntes: As contas-correntes estão substancialmente concentradas em bancos comerciais de primeira linha.
- (b) Certificado Depósitos Bancários: são aplicações de curto prazo, indexadas a uma taxa média de 100% CDI, mantidas substancialmente em bancos comerciais de primeira linha. São classificados na categoria para negociação, pois são utilizados na gestão de caixa da Companhia, e o seu valor justo (nível 2) se aproxima do seu valor de custo atualizado, pela sua característica de liquidez imediata.
- (c) Aplicações interfinanceiras de liquidez: são aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos LFT, LTN e NTN, apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e seu valor justo (nível 2) se aproxima do seu valor de custo atualizado, devido ao vencimento ser de D+1 dia, os quais estão vinculados aos saldos de depósitos descritos na nota 11.

7 Títulos e valores mobiliários

A Companhia possui operações nos títulos LFT apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com vencimentos em 01/09/2024 e 01/03/2025, os quais estão vinculados aos saldos de depósitos descritos na nota explicativa 11.

	31/12/2023	31/12/2022
Letras Financeira do Tesouro	216.786	-
	216.786	-

8 Tributos a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
IRRF s/ aplicação financeira	-	19
	-	19

9 Adiantamentos

A Companhia realiza alguns adiantamentos para colaboradores referente a vale refeição e vale alimentação. Em 31 de dezembro de 2023, o montante adiantado era de R\$16 (R\$15 em 31 de dezembro de 2022).

10 Partes relacionadas

a. Operações entre empresas do Grupo (*intercompany*)

A Companhia é parte do grupo econômico que possui a Superlógica Tecnologias S.A. (“Superlógica”) como controladora.

Durante o ano, a Superlógica realiza atividades administrativas em favor de todas as empresas do mesmo grupo econômico, cujos custos e despesas são compartilhados entre todas as empresas. Após apuração mensal, os valores são reembolsados para a controladora por meio de nota de débito.

A seguir estão demonstrados os valores transacionados durante os anos de 2023 e 2022:

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a pagar		
Superlógica Tecnologias S.A.	2.409	169
PJBank Pagamentos S.A.	6	42
	2.415	211

b. Depósitos e demais instrumentos financeiros

Saldo em conta de pagamento das demais empresas do Grupo na Companhia.

	31/12/2023	31/12/2022
PJBank Pagamentos S.A.	67.911	83.669
Superlógica Tecnologias S.A.	134.434	-
MDR Cobranças Ltda.	1.661	-
Gruvi Tecnologias S.A.	7	-
Webagile Tecnologia Ltda.	65	-
	204.077	83.669

11 Depósitos e demais instrumentos financeiros

A Companhia mantém registrado em seu passivo o saldo de contas de clientes, relacionadas a contas de pagamento pré-pagas que se assemelham a contas de depósito à vista no seu funcionamento. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo registrado era de R\$ 270.699 (R\$83.669 em 31 de dezembro de 2022).

12 Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ a pagar (a)	268	-
CSLL a pagar (a)	97	-
ISS, PIS e Cofins a recolher	334	8
Impostos retidos a recolher	76	41
	774	49

a. IRPJ e CSLL – Valores reconhecidos no resultado do período

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro/ (Prejuízo) contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	5.149	(987)
Alíquota fiscal combinada	34%	41%
	1.751	-
Distribuição JCP	(99)	-
Outros	(24)	44
Imposto de renda e contribuição social corrente no resultado do período	1.628	44

b. Prejuízos fiscais a compensar

A Companhia é optante do lucro real e possuía saldo de R\$ 921 de prejuízos fiscais a compensar em 31 de dezembro de 2022. Em 2023, esse prejuízo fiscal foi utilizado após a entrega da ECF 2022.

c. Subvenções governamentais

A Companhia não possui subvenções governamentais.

13 Obrigações trabalhistas a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de férias	236	197
Salários a pagar	82	69
INSS a recolher	48	39
FGTS a recolher	17	13
Bônus a pagar	154	26
	537	345

14 Operações com pessoal-chave da Administração

(i) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia inclui salários e benefícios de mercado. Os pagamentos são efetuados diretamente pela controladora Superlógica Tecnologias S.A. e repassados para as demais empresas do Grupo por meio de rateio de despesas.

(ii) Principais transações com o pessoal-chave da Administração

Não há transações relevantes envolvendo o pessoal-chave da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

15 Capital social e reservas

a. Capital social

O quadro societário da Companhia em 31 de dezembro de 2023, está demonstrado conforme abaixo:

	Qtde. de ações (mil)	R\$ mil	%
Superlógica SCD S.A.			
Superlógica Tecnologias Ltda.	4.100,0	4.100	99,99%
Carlos Henrique Cera	0,4	-	0,01%
	4.100,4	4.100	100%

b. Ações ordinárias e preferenciais

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. A Companhia não possui ações preferenciais.

c. Natureza e propósito das reservas

(i) Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída obrigatoriamente para empresas de sociedade anônima à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social quando então deixará de ser acrescida; ou poderá, a critério da Empresa, deixar de receber créditos, quando o saldo dessa reserva, somado ao montante das Reservas de Capital, atingir 30% do capital social. Em 2023, a Companhia constituiu reserva legal no valor de R\$161.

(ii) Ações em tesouraria

A Companhia não possui ações em tesouraria.

d. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina em seu art. 21 a distribuição de dividendos anuais em pelo menos 1% do resultado do período, ajustado a forma da lei, diminuído ou acrescido da importância destinada à formação de reserva legal nos termos do art. 22, inciso II da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

(i) Juros sobre capital próprio

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis como uma redução do Patrimônio Líquido, em 31 de dezembro de 2023 foi apurado o valor de R\$291, calculado com base no PL na Companhia. Em 31 de dezembro de 2022 não houve distribuição.

16 Contingências

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui processos judiciais em que figura no polo passivo.

17 Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

18 Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

(i) Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia, a qual é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento de suas políticas de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco proveniente das contas a receber de clientes é nulo dado o momento do reconhecimento de suas receitas.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu “Caixa e equivalentes de caixa” e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado — tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações — irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(v) Análise regulatória

A Companhia se enquadra nos limites estabelecidos da Resolução nº 4.606/17 do Bacen, que determina a metodologia para a apuração do Patrimônio de Referência Simplificado.

	31/12/2023	31/12/2022
Total dos ativos ponderados pelo risco (RWA)	13.987	19.297
Patrimônio líquido de referência	6.354	3.124
Patrimônio líquido de referência exigido	2.378	3280
Margem sobre o patrimônio líquido de referência	3.977	(156)

(vi) Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia estava exposta à variação no Certificado de Depósito Interbancário (CDI), indexador dos rendimentos de aplicações financeiras (CDB). Com a finalidade de verificar a sensibilidade desse indexador foram definidos três cenários diferentes: Para o cenário provável, segundo avaliação preparada pela Administração, foi considerado a projeção do CDI para uma oscilação de 5%. Adicionalmente, são demonstrados outros dois cenários (A e B).

A Companhia assumiu uma oscilação de 25% (cenário A) e de 50% (cenário B - cenário de situação extrema) nas projeções. A análise de sensibilidade para cada tipo de risco considerado relevante pela Administração está apresentada na tabela a seguir:.

		<u>Ganhos e/ou (perdas) (*)</u>			
Transação	Risco	31/12/2023	Provável	Cenário A	Cenário B
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	Queda do CDI	281.729	(1.563)	(6.564)	(10.940)
	CDI (queda)	11,65%	11,10%	9,32%	7,77%
		<u>Ganhos e/ou (perdas)</u>			
Transação	Risco	31/12/2022	Provável	Cenário A	Cenário B
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	Queda do CDI	87.335	(568)	(2.384)	(3.974)
	CDI (queda)	13,65%	12,97%	10,92%	9,10%

(*) em relação ao saldo final do exercício/período.

19 Receitas de intermediação financeira

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	<u>2º Semestre/2023</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita bruta	17.788	26.620	623
Deduções:			
Impostos	(1.414)	(1.668)	(28)
Receita líquida	16.374	24.952	594

Os impostos sobre as receitas são compostos por Imposto Sobre Serviços (ISS), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

20 Despesas por natureza

	<u>2º Semestre/2023</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesas de processamento de dados (a)	(1.628)	(3.418)	(194)
Outras despesas operacionais (b)	(6.495)	(8.125)	(83)
Despesas com pessoal	(1.633)	(3.006)	(824)
Outras despesas administrativas (c)	(3.764)	(4.544)	(39)
Despesas com consultoria e auditoria	(264)	(561)	(441)
Resultado custos e despesas	(13.784)	(19.654)	(1.581)
Demonstração do resultado do exercício			
Despesas de pessoal	(1.633)	(3.006)	(825)
Despesas gerais e administrativas	(5.657)	(8.526)	(754)
Outras despesas operacionais	(6.494)	(8.122)	(2)
Resultado custos e despesas	(13.784)	(19.654)	(1.581)

- (a) Despesa de processamento de dados: São compostos por gastos com os sistemas de *backoffice* pelos serviços de manutenção, mensalidade, customização e suporte técnico.
- (b) Despesas operacionais: São compostos por custos com emissão, processamento e liquidação boletos.
- (c) Outras despesas administrativas: São compostos por rateio de *coworking*, telefonia, reembolso a funcionários e associação de classe.

21 Receitas e despesas financeiras

	<u>2º Semestre/2023</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesas Financeiras			
Despesas bancárias	(11)	(219)	-
Juros passivos	-	(48)	-
Prejuízos renda fixa - LFT	-	(22)	-
	(11)	(289)	-
Receitas Financeiras			
Rendimentos s/ aplicação financeira	61	135	-
Juros ativos	6	6	-
	67	140	-
Resultado Financeiro	56	(149)	-

22 Eventos subsequentes

Não foram identificados eventos subsequentes entre 31 de dezembro de 2023 até a data de aprovação da emissão desta demonstração financeira.